

Hilário Franklin

Advogado
Professora Venina Corrêa Torres, 230 sala 609
Centro- Nova Iguaçu/RJ – 26221-200
(21) 96408-0203 | (21) 98138-0604
intimacaojuridicohf@gmail.com

A Estrutura da Honra: Ética, Responsabilidade e Segurança Jurídica

Vivemos um tempo em que muitas pessoas perderam a confiança nas instituições, nos contratos, nas relações profissionais e, infelizmente, até mesmo na própria Justiça.

Não raramente, cidadãos chegam aos escritórios de advocacia emocionalmente esgotados, financeiramente prejudicados e juridicamente inseguros após experiências marcadas por abandono processual, falsas promessas, ausência de informação clara ou conduções incompatíveis com os princípios éticos que deveriam nortear a atuação jurídica.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais necessário recordar que o Direito não pode ser tratado apenas como mecanismo técnico de disputa.

A advocacia possui função constitucional.

O artigo 133 da Constituição Federal estabelece que o advogado é indispensável à administração da Justiça. Tal disposição não representa mero reconhecimento corporativo. Trata-se de verdadeiro compromisso institucional com a defesa da legalidade, da dignidade humana, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e da preservação do Estado Democrático de Direito.

Por essa razão, a atuação jurídica responsável exige muito mais do que petições bem elaboradas.

Exige estudo contínuo. Exige prudência. Exige transparência. Exige preparo técnico. Exige sensibilidade humana. E, sobretudo, exige caráter.

A experiência demonstra que muitos conflitos poderiam ser evitados se houvesse maior compromisso com a boa-fé objetiva, princípio previsto no artigo 422 do Código Civil, que impõe às partes deveres de lealdade, confiança, cooperação e probidade.

A boa-fé não é apenas valor moral. Ela possui força jurídica.

A jurisprudência brasileira, inclusive no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, consolidou entendimento no sentido de que a violação à confiança legítima, à transparência e aos deveres anexos da boa-fé pode gerar responsabilização civil, dever de indenizar e revisão de condutas abusivas.

Da mesma forma, o Código de Defesa do Consumidor protege o cidadão contra práticas abusivas, publicidade enganosa, cobranças indevidas, falhas na prestação de serviços e desequilíbrios contratuais.

Em matéria imobiliária, empresarial, consumerista, sucessória ou cível, a atuação preventiva e estratégica muitas vezes representa o fator decisivo para evitar prejuízos irreversíveis.

A ausência de orientação jurídica adequada pode gerar:

- perda patrimonial;
- nulidade de negócios jurídicos;
- bloqueios judiciais;
- responsabilização indevida;
- execução de dívidas;
- restrições de crédito;
- litígios familiares prolongados;

- conflitos possessórios;
- riscos empresariais e contratuais.

Por isso, nosso escritório compreende que advocacia não deve ser reduzida à simples judicialização de conflitos.

Defender direitos também significa orientar, prevenir, esclarecer riscos, construir soluções juridicamente seguras e preservar a dignidade das pessoas envolvidas.

A confiança entre advogado e cliente nasce da verdade.

Nenhum processo sério pode ser conduzido com promessas irreais. Nenhuma causa deve ser tratada sem responsabilidade. Nenhuma estratégia jurídica pode ignorar os limites éticos impostos pelo Estatuto da Advocacia, pelo Código de Ética da OAB e pelos princípios constitucionais que regem a atividade profissional.

Em tempos de excessos, superficialidade e imediatismo, acreditamos na advocacia construída sobre fundamentos sólidos.

Assim como um prego suporta os impactos necessários para sustentar uma estrutura firme, o profissional comprometido com a ética muitas vezes enfrentará pressões, incompreensões e dificuldades.

Ainda assim, é exatamente essa firmeza moral que sustenta reputações respeitáveis, relações duradouras e atuações verdadeiramente responsáveis.

Nosso compromisso é atuar com seriedade, estratégia, respeito humano e responsabilidade jurídica.

Cada processo possui história própria. Cada cliente possui dores, expectativas e receios legítimos. Cada atuação exige análise técnica individualizada.

Por isso, buscamos desenvolver soluções jurídicas fundamentadas, transparentes e compatíveis com os princípios da legalidade, da boa-fé e da dignidade da pessoa humana.

Se você procura orientação jurídica responsável, análise técnica cuidadosa e atuação comprometida com ética e segurança jurídica, conheça nosso trabalho.

Acesse:

**www.hilariofranklin.jur.adv.br
Hilário Franklin, Advogado**